

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
EDUCAÇÃO E PODER NA AGRICULTURA BRASILEIRA: o caso do ETA (1953–1961)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Sonia Regina de Mendonça	Universidade Federal Fluminense	UFF	Programa Pós-Graduação em História
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O trabalho analisa as relações entre o <i>Foreign Office</i> estadunidense e o Estado brasileiro, viabilizadas pelos diversos acordos de Cooperação Técnica firmados entre ambos. Será priorizado o caso do <i>Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano</i> (ETA), implantado em 1953. Através de sua atuação pretende-se demonstrar em que medida o ETA representou o coroamento de um processo de resignificação da Educação Rural, responsável por identificá-la a práticas extensionistas, voltadas para o trabalhador rural adulto, fora da dimensão escolar. Operando através do financiamento por projetos, o Escritório patrocinou inúmeras intervenções, tanto junto à Extensão Rural, quanto em distintos âmbitos do universo agrário fomentando, sobretudo, o apoio técnico “educativo” a comunidades rurais em quase todo o país. Seu resultado foi a consagração de uma “educação” para o campo pautada pela perspectiva assistencial-productivista, destinada tanto a “qualificar” mão-de-obra, quanto a organizá-la em “comunidades” aptas a consumir tecnologia norte-americana, concorrendo e obstaculizando a organização /mobilização autônoma de trabalhadores rurais, em luta pela terra.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Estado Ampliado – Educação Rural – Imperialismo norte-americano			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The paper analyzes the relationship between the US Foreign Office and Brazilian state, made possible by various technical cooperation agreements signed between them. Will be prioritized the study of the <i>Brazilian-American Agriculture Technical Office</i> (ETA), deployed in 1953. Through its interventions I intend to demonstrate to what extent ETA represented the culmination of a Rural Education reframing process, responsible for its identification to rural extensionism practices, aiming to adult rural workers, out of school dimension. Working through the financing for projects, the Office sponsored numerous interventions, both in the Rural Extension, as in different areas of the agrarian universe, fostering, especially, "educational" technical support to rural communities all over the country. Its result was the consecration of a rural "education" marked by assistance-productivist perspective, aimed to "qualify" hand labor and organize it into "communities" able to consume American technology, running and hindering the organization / independent mobilization of rural workers in their struggle for land.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Expanded State – Rural Education – US Imperialism			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, Classes e Luta de Classe			

MESACOORDENADA 12

Educação Rural, Classes Dominantes e Desmobilização dos Movimentos Sociais no Campo: Ontem e Hoje

EDUCAÇÃO E PODER NA AGRICULTURA BRASILEIRA: ocaso do ETA (1953–1961)

Sonia Regina de Mendonça
PPGH-UFF/CNPq)

Comentários Iniciais

O texto analisa as principais campanhas e ingerências, no âmbito da Educação Rural, patrocinadas pelo *Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA* (ETA), órgão binacional, criado no Rio de Janeiro em 1953, aí sediado até 1961, diretamente vinculado ao Ministério da Agricultura (MA) e ao *Foreign Office* Americano. Derivado de mais um dos vários acordos firmados entre os governos de ambos os países e dotado de recursos oriundos do Programa Ponto IV, o ETA objetivava “*contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos*”, mediante propostas específicas voltadas para áreas como a Extensão Rural e o Crédito Subsidiado. Nesse sentido, financiou e assessorou inúmeros projetos - contratados por agências públicas e privadas - deixando de lado a prática vigente, nos acordos precedentes, de atuar através de ações unificadas que configurassem um efetivo programa geral de cooperação. Tais projetos abrangeram iniciativas junto a todas as unidades da federação brasileira, incidindo sobre os mais distintos âmbitos do mundo agrário, envolvendo desde o fomento à produção agropecuária e a conservação de recursos naturais, até - e, sobretudo - o auxílio técnico e “educativo” a comunidades rurais.

A criação do ETA é paradigmática da reorientação imprimida à política de “cooperação” internacional estadunidense calcada na ressignificação da própria noção de Educação Agrícola, inaugurada nas décadas de 1940/50 quando, como o aponta Escobar, teria sido “inventado” o conceito de desenvolvimento” (ESCOBAR, 1995). Em função do novo construto, a visão sobre as atividades até então definidas como de Ensino Rural abandonou a dimensão escolar estrito senso, valorizando uma perspectiva eminentemente assistencial e de cunho produtivista, destinada a qualificar a mão-de-obra adulta do campo e treinando-a e organizando-a em “comunidades rurais”, aptas a consumirem tecnologia estadunidense. Essas alterações resultaram tanto na multiplicação do tipo de agências e iniciativas conjuntas brasileiro-americanas, quanto na vitória da vertente do Ensino Agrícola calcado nas práticas infinitamente menos dispendiosas, do Extensionismo Rural,

fundamental ao novo processo. O ETA, todavia, não deve ser encarado como uma inovação, tendo consistido mais propriamente no coroamento de uma dada modalidade de intervenção norte-americana junto à problemática latino-americana e brasileira, sobretudo aquela atinente à pobreza e sua superação, por meio de ações definidas como “educativas” e “pedagógicas”.

Desde inícios da década de 1940 observa-se a intensificação do interesse de agências privadas e governamentais estadunidenses - como a *Inter-American Affairs Association* (AIA), de Nelson Rockefeller - pelos problemas do “recém-construído” Terceiro Mundo nele incluindo-se, por certo, o Brasil (ESPINOZA, 1976). Em 1945, uma entidade privada americana e o Ministério da Agricultura haviam assinado o primeiro acordo de “cooperação” internacional no âmbito do Ensino Agrícola, donde resultou a *Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais* (CBAR), incumbida de implantar desde *Centros de Treinamento de Operários Rurais* - para trabalhadores adultos - até *Clubes Agrícolas* destinados à infância e juventude em todo o país, além de encarregar-se diretamente da formação/treinamento de técnicos especializados e de “lideranças rurais”, mediante programas tidos por capazes de incutir nos trabalhadores e jovens o “*amor a terra e ao trabalho*”. Todavia, além dessas características gerais, qual foi o sentido teórico passível de atribuir-se à fundação do ETA? Para refletir sobre a questão faz-se necessário contextualizar a discussão sobre a origem e consolidação de um conceito que se tornou axial a toda e qualquer iniciativa semelhante no período: o *Desenvolvimento*.

“Inventando” o Desenvolvimento e “Descobrimo” a Pobreza.

Em seu discurso inaugural como presidente dos Estados Unidos, em 20-10-1949, Harry Truman anunciaria seu conceito de um *fair deal* para todo o globo, apelando ao mundo para ajudar na solução dos problemas das “regiões subdesenvolvidas” do globo.

There is a sense in which rapid economic progress is impossible without painful adjustments. Ancient philosophies have to be scrapped; old social institutions have to disintegrate; bonds of caste, creed and race have to burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrated. Very few communities are willing to pay the full price of economic progress(UNITED NATIONS, 1951: 34)

A doutrina Truman iniciou uma nova era no gerenciamento dos assuntos mundiais, sobretudo aqueles ligados aos países “menos contemplados” economicamente. Seu ambicioso objetivo era propiciar condições necessárias para reproduzir, em todo o mundo, as características das sociedades “avançadas” de então: altos níveis de industrialização e urbanização, tecnicização da agricultura, rápido crescimento material da produção/padrões de vida e adoção da educação e

valores culturais modernos. Na visão dos grupos representados por Truman, Capital, Ciência e Tecnologia eram as ferramentas capazes de promover tal transformação uma vez que, somente por seu intermédio, o “sonho americano” de paz e abundância poderia estender-se ao planeta. Por certo tal sonho não foi criação exclusiva dos dirigentes estadunidenses, mas, sim, produto de uma conjuntura histórica específica, nascida com o final da Segunda Guerra Mundial e que, em poucos anos, seria universalmente abraçado por todos aqueles no poder. Malgrado difícil de alcançar, o “sonho” era visto como previsível e os obstáculos a sua concretização consolidariam que era percebido como uma “missão”.

Um dos mais influentes documentos do período, preparado por grupo de especialistas convocado pelas Nações Unidas, para definir políticas concretas “*para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos*”, indicaria que o progresso econômico somente se daria mediante ajustes dolorosos, sugerindo seu relatório que fosse promovida a total reestruturação das “*sociedades subdesenvolvidas*”. Tal compromisso pode parecer etnocêntrico e arrogante, embora evidenciasse o impulso de transformar dois terços do mundo rumo prosperidade e do progresso. Em inícios dos anos 1950, esse projeto se tornou hegemônico junto aos círculos do poder. Por certo, este “sonho” se transformou no “pesadelo” latino-americano uma vez que, em lugar do “reino da abundância” prometido pelos teóricos e políticos da década de 50, o discurso e as estratégias do desenvolvimento produziram seu oposto: subdesenvolvimento, empobrecimento, exploração e a opressão. Apesar disso, gestava-se, juntamente com o conceito de Desenvolvimento, a noção de Terceiro Mundo, derivada dos discursos e práticas inerentes ao primeiro. Não seria demais afirmar que, a partir de fins da II Guerra, a realidade histórica foi “colonizada” pelo discurso do desenvolvimento e sua teria sido tamanha que Escobar (op. cit., p. 5) afirma que “as representações tornadas dominantes não apenas moldaram os caminhos nos quais a própria realidade era imaginada, como também atuaram junto a ela”.

Logo, pensar o desenvolvimento como resultado de uma formação discursiva permite manter o foco da análise sobre a dominação imperialista, assim como melhor explorar suas condições de possibilidade e seus efeitos nefastos. Entretanto, tomar o desenvolvimento como discurso historicamente produzido implica em questionar o porquê de tantos países terem começado a se perceber como subdesenvolvidos, justamente no imediato Pós II Guerra; ou ainda, como “desenvolver-se” tornou-se um problema fundamental para eles, sujeitando-se a intervenções externas cada vez mais sistemáticas. A rigor, todo um *novo domínio de Conhecimento* gestava-se, partindo dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Ademais, o discurso do desenvolvimento gerou um *aparato material extremamente eficiente* para a

produção de *Conhecimento* e o *exercício de Poder* sobre os povos “subdesenvolvidos”, aparato *integrado por um conjunto de novas agências e agentes* surgidos entre 1945 – 1955 e que não cessou de produzir novos arranjos entre *Saber e Poder*. O desenvolvimento disponibilizou uma dada forma de gerir o Terceiro Mundo - espaço dos “povos submetidos” - que assegurava, simultaneamente, o controle sobre ele. Falar do desenvolvimento como experiência histórica singular remete, pois, a *um novo domínio de pensamento e de ação*, passível de ser analisado a partir de três eixos: a) *as formas de conhecimento* pelas quais ele adquiriu materialidade como projetos, conceitos e teorias – como os campos de conhecimento sobre desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável e etc.; b) *o sistema de poder que regula suas práticas* e, finalmente c) *as formas de subjetividade forjadas pelo discurso*, por cujo intermédio as pessoas passaram a reconhecer-se como desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Este tripé constitui o desenvolvimento como formação discursiva, mas, ao mesmo tempo, *origina um eficiente aparato que decalca formas de conhecimento e técnicas de poder*. Enfim, tomar o desenvolvimento como corpo discursivo, não implica em ignorar a estreita relação existente entre falas e práticas por ele engendradas. Afinal, *o discurso provém das práticas de pensamento e de ação* através das quais o Terceiro Mundo foi produzido.

A reordenação do Imperialismo baseou-se, muito mais do que no poder industrial e tecnológico, numa política de combate à pobreza cujo objetivo não se limitava a criar consumidores, mas em transformar as sociedades, tornando os pobres verdadeiros objetos do conhecimento/gerenciamento. O pauperismo seria novamente associado a características como ociosidade, independência, frugalidade, promiscuidade, ignorância, recusa em aceitar-se a existência de deveres sociais, etc. O gerenciamento da pobreza originou interferências junto a áreas como Educação, Saúde, Higiene, Moralidade e Emprego, resultando num panóptico de intervenções que gerou um “novo” domínio denominado pelos pesquisadores de “*o social*”. Se nas sociedades de mercado o pobre era definido como faltoso daquilo que o rico possuía, os países pobres também foram definidos a partir dos padrões de riqueza das nações economicamente melhor “aquinhoadas”. Dessa forma, se tornaria consensualmente universal o fato de que o traço essencial do Terceiro Mundo era sua pobreza e que sua solução consistia no desenvolvimento econômico.

Com semelhante pano de fundo, uma Missão Econômica organizada pelo *International Bank for Reconstruction and Development* visitaria a Colômbia de julho a novembro de 1949, com o propósito de formular um programa geral de desenvolvimento para o país, que se tornou a primeira intervenção desta espécie realizada pelo BIRD num país subdesenvolvido. O programa

sugeria “*reformas múltiplas de melhoramento,*” cobrindo importantes áreas da economia. O sentimento messiânico e o fervor quase religioso expressos na noção de “salvação” era explícitos, conotando a convicção de que somente existia uma forma correta de resolver os problemas da Colômbia. O discurso do desenvolvimento levado à prática por esta Missão surgiu em meio a uma complexa conjunção histórica, assinalando significativa mudança nas relações entre Europa e Estados Unidos, de um lado, e países da Ásia, África e América Latina, de outro. Em inícios do século XX, a ascendência dos Estados Unidos foi sentida em toda esta região, assumindo as relações USA - América Latina um sentido de mão dupla: se, por um lado, os poderosos dos países latinos perceberam oportunidade para essa grande troca, por outro, os dirigentes norte-americanos sentiram-se legitimados a intervir nos assuntos latino-americanos. Entretanto, na medida em que o nacionalismo latino cresceu no pós Iª Guerra Mundial, os governantes estadunidenses relativizariam seu aberto intervencionismo substituindo-o pelos princípios da “boa vizinhança”, em especial em meados do século. Em seu nome, várias tentativas assistenciais foram feitas, particularmente junto a instituições financeiras, de infraestrutura e saneamento, como o ilustra o fato de ter sido aí que a Fundação Rockefeller tornou-se ativa na região (COLBY & DENNETT, 1998).

Assim, a imagem dominante sobre o que se tornaria o Terceiro Mundo foi moldada por considerações estratégicas e pela necessidade de acesso a matérias-primas. Da conferência de fundação das Nações Unidas até fins da década de 1940, o mundo não-industrializado foi objeto de intensas negociações, valendo lembrar que as noções de Desenvolvimento e Terceiro Mundo inexistiam antes de 1945. Para os Estados Unidos a prioridade era a reconstrução da Europa e em fins da década de 1940 eles apoiaram os esforços europeus, inclusive aqueles destinados a manter suas colônias, visando às fontes de recursos dessas áreas. Com relação à América Latina, o maior obstáculo encontrado era o *nacionalismo*, posto que, desde a Grande Depressão, muitos desses países tentaram construir suas economias de modo mais autônomo, mediante a industrialização patrocinada pelo Estado. Também moldaram o discurso do Desenvolvimento a Guerra Fria, a necessidade de novos mercados, o temor ao comunismo e à superpopulação, além da *fé na Ciência e na Tecnologia*.

A partir de 1945 a posição mundial dos Estados Unidos seria tão inquestionável, econômica e militarmente, que todo o mundo ocidental se colocaria sob sua tutela, consolidando-se a hegemonia americana junto ao capitalismo mundial entre 1945-1955. A necessidade de expandir e aprofundar mercados externos para seus produtos, bem como de encontrar novas áreas para investimento de seus excedentes de capitais seria premente nesses anos. Afinal, o crescimento

da economia estadunidense ainda dependia de matérias-primas baratas como suporte à crescente capacidade de suas indústrias, sobretudo as nascentes corporações multinacionais. Logo, “o Terceiro Mundo, *longe de ser periférico*, era central para a rivalidade entre as superpotências e a possível confrontação nuclear” (ESCOBAR, op. cit., p. 35).

Enquanto a Europa beneficiava-se com a reconstrução propiciada pelo Plano Marshall, o Terceiro Mundo não merecia igual tratamento. Comparando os U\$19 bilhões recebidos pela Europa, menos de 2% desse total da ajuda americana dirigiram-se à América Latina, destacando-se que apenas U\$150 milhões seriam gastos, em todo o Terceiro Mundo, sob auspícios do *Programa do Ponto IV*, no biênio 1952-53 (Id., Ibid., p.34). Ou seja, as raízes históricas do Desenvolvimento repousam num único e mesmo processo: os rearranjos políticos do pós-II Guerra, que fizeram com que a disputa entre Leste e Oeste se deslocasse para o Terceiro Mundo, transformando o desenvolvimento na grande estratégia para minar tal rivalidade e redesenhar o mapa da civilização industrial. Enquanto o Plano Marshall mostrou-se exitoso na restauração europeia, em 1949 tornou-se famoso o *Ponto IV* do Presidente Truman acima citado, envolvendo a aplicação, em áreas pobres do mundo, das *forças vitais da civilização ocidental*: Tecnologia e Capital, embora o Programa se tenha baseado muito mais em Assistência Técnica, propriamente dita.

Para financiar as atividades de “cooperação técnica internacional” seria criada, em outubro de 1945, dentro do Departamento de Estado, a *Technical Cooperation Administration* (TCA), destinada a implementar as novas iniciativas. Em 1952 a agência já conduzia operações em quase toda a América Latina. A tecnologia, acreditava-se, não só ampliaria o progresso material, mas a ele conferiria uma direção, contribuindo para expandir, em escala planetária, os ideais ditos “modernos”. Tamanho interesse traduziu-se na busca de conhecimentos detalhados sobre a economia, sociedade, geografia e política latinas, integrando um *sistema transnacional de pesquisa*. O crescimento econômico era vinculado à fé na Ciência e Tecnologia, ambas “redentoras da pobreza”. Por trás do viés humanitário contido nessa premissa ideológica, novas formas de poder e controle, mais sutis e refinadas, passaram a ser praticadas. Em contrapartida, a habilidade dos “povos pobres” conduzirem seu próprio modo de existência seria erodida, uma vez que seus saberes eram desqualificados, tornando o “pobre” alvo de práticas forâneas e de uma variedade de programas que pareciam inescapáveis. As novas instituições de poder nos USA e na Europa, o BIRD, a ONU, fundações e escritórios ligados ao grande capital eram os alicerces do tipo de desenvolvimento a ser promovido.

Estratégias do Desenvolvimento.

Embora os objetos com que o desenvolvimento começaria a lidar após 1945 fossem numerosos e variados, alguns já estavam postos, como a pobreza, a insuficiência de tecnologia e capital, o crescimento populacional, práticas agrícolas arcaicas, etc.. Outros tantos seriam introduzidos com cuidado ou sub-repticiamente, como atitudes culturais, valores e a existência de fatores raciais, religiosos, geográficos e étnicos ligados ao “atraso”. Tudo era submetido aos novos *intelectuais-especialistas*: as habitações das massas rurais, os vastos campos, cidades, fábricas, hospitais, escolas, agências públicas.

Entretanto, como nem todos os agentes disseminados por essa vasta superfície poderiam identificar tudo a ser estudado, alguns argumentos de autoridade entraram em operação referentes, sobretudo, ao papel do próprio *Especialista*. Economistas, demógrafos, educadores, agrônomos, *experts* em saúde pública e nutrição elaboravam teorias, identificavam novos problemas e novas categorias de “clientes”. Essa multiplicidade de problemáticas requeria observações detalhadas sobre cidades, regiões e países do Terceiro Mundo, gerando dossiês volumosos, que resultaram na criação de um *espaço de pensamento e ação*: o desenvolvimento. Este, ademais, segundo os especialistas, procedia através da criação de “*anomalias*” - o “analfabeto”, o “subdesenvolvido”, o “pequeno lavrador” - que asseguravam a contínua necessidade de intervenções. Outra estratégia do desenvolvimento consistiu em difundir a representação do Terceiro Mundo como uma “criança” a ser guiada, tornando-se a *infantilização* da América Latina peça fundamental para a elaboração de “teorias salvacionistas”. Por certo outros discursos históricos influíram na configuração do desenvolvimento, como o do comunismo, por exemplo. Outras formas de poder, referentes à classe, gênero, raça e nacionalidade, também encontraram seu lugar nas teorias e práticas do desenvolvimento. A mais importante exclusão, entretanto, referiu-se ao *povo*, uma vez que o desenvolvimento - etnocêntrico e tecnocrático em sua abordagem - *tratava pessoas e culturas a partir das abstrações e dados estatísticos necessários à construção de “mapas do progresso”*. Em suma, o desenvolvimento foi concebido não como um processo cultural, porém como um sistema mais ou menos universalmente aplicável, através de intervenções técnicas (MENDONÇA, 2007: 79-89)

Resta sinalizar que, falar do desenvolvimento como construção histórica implica, igualmente, em analisar os mecanismos através dos quais ele tornou-se ativo, um programa de práticas. Esses tais mecanismos estruturam-se, quase sempre, a partir de formas de conhecimento e de poder, i. e., como *processos de institucionalização e profissionalização*. Esta última decorre das estratégias que alçaram o Terceiro Mundo ao âmbito de políticas de conhecimento especializado, derivadas da Ciência ocidental que prescrevia um conjunto de

técnicas disciplinares que organizaram a geração, a validação e a difusão do Conhecimento sobre o próprio desenvolvimento, incluindo desde disciplinas acadêmicas, métodos de pesquisa e ensino, até práticas profissionais. Essa profissionalização efetuou-se mediante a proliferação das chamadas “*Ciências do Desenvolvimento*” e suas “subdisciplinas” que, supostamente, tornariam possível remover os problemas do âmbito político-cultural, recolocando-os nos termos “neutros” da Ciência. Isso implicaria tanto em definir vários programas de estudo em grande parte das universidades do mundo “desenvolvido”, quanto em criar universidades no próprio Terceiro Mundo. A “invenção” do desenvolvimento também incidiu na criação de várias agências responsáveis produção, repetição, modificação e difusão dos discursos imbricados à citada profissionalização.

Juntos, eles formaram o aparato que organizou a produção das formas de Conhecimento e de Poder, *institucionalizando o desenvolvimento* nos mais distintos níveis, desde as organizações internacionais e agências nacionais de planejamento terceiro-mundistas, até instituições de nível local, como comitês comunitários, órgãos de voluntários privados e agências não-governamentais. Semelhante processo, não cessou de expandir-se desde a década de 1940, consolidando uma rede de Poder/Saber efetiva e de vasto espectro (MENDONÇA, 2006)

O conhecimento produzido sobre o Terceiro Mundo circulava por todas essas instituições através de programas aplicados, conferências, serviços internacionais de consultoria, pareceres de escritórios locais, etc., dando origem a um verdadeiro *negócio do desenvolvimento* alimentado por uma lucrativa indústria de planejadores, especialistas e funcionários civis, dedicados a “combater” pobreza, analfabetismo e fome. O trabalho das agências desenvolvimentistas foi um sucesso, na medida em que integrou/controlou países/populações cada vez mais profundamente. Se, por um lado, a “*indústria do desenvolvimento*” falhou em superar os problemas do subdesenvolvimento, por outro foi altamente exitosa ao criar um tipo de subdesenvolvimento política e tecnicamente manejável, que se tornou “Sujeito” de tecnologias que, apesar de tentarem apagá-lo da face da terra, acabaram por multiplicá-lo ao infinito.

A rigor, o desenvolvimento ofereceu um caminho para conceber a vida social como *questão técnica*, passível de decisões racionais e de gerenciamento, a ser executado por especialistas em conhecimentos qualificados sobre sua “missão”. Seu impacto foi tamanho que governantes do Terceiro Mundo aceitaram submeter as populações de seus países a uma série de intervenções, ou melhor, de *formas cada vez mais refinadas de poder e controle*. A chave do “sucesso” do discurso do desenvolvimento como força hegemônica residiu na *coerência de seus efeitos*: a construção do pobre e subdesenvolvido como categorias universais, baseadas nos privilégios daqueles que, em

teoria, os representavam. Logo, o desenvolvimento afirmou-se como teleologia para expandir seu principal propósito: o de que os “nativos”, mais cedo ou mais tarde, fossem “reformados”, reproduzindo, com isso, a segmentação “reformadores” *versus* “reformados”, que fazia do Terceiro Mundo algo “diferente” e “inferior”.

A visão dos especialistas em desenvolvimentosobre o “fenômeno” não era estrutural ou dialética, porém mecanicista e fragmentária e os imperativos encontrados pelos Estados Unidos após a II Guerra – consolidar o centro, *encontrar melhores taxas de lucro* fora do país; *controlar o fornecimento de matérias-primas*; *expandir os mercados* para seus produtos e impor um sistema de tutela militar – moldaram a Economia do Desenvolvimento. Logo, a emergência do desenvolvimentolonge esteve de avanços teóricos, metodológicos ou institucionais, devendo-se a uma dada conjuntura histórica que tornou possível a elaboração de novos objetos, conceitos e metodologia. E a criação/funcionamento do *Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos* é um caso emblemático das considerações até aqui tecidas.

ETA: “Educação”, Saber e Poder no Brasil.

Em 1953 várias de agências públicas e grupos privados estadunidenses dividiam seus conhecimentos com governos de outros países, embora algumas delas trabalhassem de forma independente, fazendo supor que os Programas de Cooperação Técnica poderiam tornar-se cada vez mais construtivos na cooperação internacional. Nenhum efetivo esforço organizado fora sido feito, até então, para determinar se a extensão e volume dos novos Conhecimentos estavam, de fato, ajudando os países subdesenvolvidos a ajudarem-se ou mesmopermitindo visualizar suasvantagens para os Estados Unidos.A decisão da *National Planning Association*(NPA) levar a cabo um estudo de amplo espectro sobre os Programas de Cooperação Técnica visando avaliar suas potencialidades e limitações na América Latina, nasceu dessas imprecisões. A análiseconcentrou-se, propositalmente,nas atividades desenvolvidas na América Latina porque fora ali que osProgramas duraram mais tempo do que em qualquer outra parte do mundo. Além disso, grande diversidade de intervenções fora aplicada no continente contando com as mais variadasformas de patrocínio, desde aquelas financiadas por fundações privadas, pelo governo dos Estados Unidos, por organizações internacionais, grupos religiosos, universidades e empresas, cada uma delas com objetivos diferentes. Tais programas também divergiram em função do ritmo dedesenvolvimento de cada país. Esperava-se que o estudo intensivo das experiências acumuladaspor agências públicas e grupos privados patrocinadores desses projetos, fornecesse “guias práticos” *padronizadores das atividades de cooperação técnica*.

Os principais objetivos do Projeto de Cooperação Técnica para a América Latina eram: a) verificar se tais programas estavam ou não contribuindo significativamente para os interesses de longo prazo dos Estados Unidos - e dos países latinos - no tocante ao entendimento internacional e à prosperidade mundial; b) identificar os objetivos dos programas públicos e privados julgando seus méritos, resultados atingidos e critérios para avaliar-se quais deles gerariam maior valor futuramente; c) esclarecer o papel dos programas públicos de cooperação técnica em cotejo com os programas privados e, finalmente d) apontar caminhos e meios para aumentar a efetividade desses programas, implementando sua administração e treinando pessoal dedicado e competente (MOSHER, 1955). Em inícios de 1953, a *Ford Foundation* forneceu de US\$440.000 para financiar o Projeto do NPA na América Latina.

Ademais, o NPA criou um *Comitê Político Especial para a Cooperação Técnica* tanto para planejar o Projeto com base nas informações fornecidas pela equipe de especialistas, quanto para opinar sobre matérias políticas que, claramente, contrapunham Estados Unidos e América Latina. Integrado por líderes da agricultura, comércio, trabalho, educação, saúde, etc. - tanto dos Estados Unidos, quanto da América Latina - o Comitê visava assegurar-se de que suas recomendações incorporariam experiências e pontos de vista de distintos ¹. Theodore Schultz, da Universidade de Chicago (também diretor do NPA) elaborou programa de estudos selecionando pesquisadores e consultores para o Projeto, além de ter participado do trabalho de campo junto às vinte repúblicas latinas onde realizaram *surveys*² consultando firmas, grupos religiosos, fundações, universidades e outras organizações privadas, agências governamentais além de representantes da ONU, da OEA e suas instituições especializadas. Uma série de relatórios foi elaborada e publicada a intervalos regulares pela *Chicago University Press*³. A principal tarefa do *Comitê Político Especial* foi relacionar os resultados da pesquisa e preparar um relatório conjunto sobre a Cooperação Técnica.

Se agregarmos esta iniciativa do governo estadunidense à conjuntura específica atravessada pelo Ensino Agrícola no Brasil, sobredeterminada pela recente aprovação da *Lei Orgânica de Ensino Agrícola* (LOEA), de 1946, tem-se um quadro bastante aproximado do contexto junto ao qual se deu a fundação da *mais duradoura agência brasileiro-americana de cooperação técnica*

¹ Laird Bell, um sócio senior da Bell, Boyd, Marshall & Lloyd de Chicago e trustee da NPA, presidia o Comitê Político especial. MOSHER, op. cit., passim.

² Id., ibid., p. VII.

³ Os temas e respectivos autores das monografias foram: *Cooperação Técnica e Administrativa* (Philip M. Glick); *Cooperação Técnica em Educação* (Armando Samper); *Cooperação Técnica em Política Externa* (George Blankstein); *Atividades de Assistência Técnica por Agências Religiosas* (Simon Rottenberg); *Cooperação Técnica e Desenvolvimento Agrícola* (Arthur Mosher); *Contratos Universitários de Cooperação Técnica* (R. E. Buchanan); *Programas de Treinamento em Cooperação Técnica* (James Maddox); *Formas de ampliar a distribuição de tecnologia entre os países* (Theodore Schultz).

no país: o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano. O ano de 1946 foi decisivo para a consagração da Educação Rural como ramo “especial” de ensino - *escola para o trabalho* - marcado pela subalternidade daqueles por ele diplomados. A aprovação da LOEA, iniciativa do Ministério da Educação e Saúde criou este ramo de ensino da rede primária regular, mantendo-o sob a alçada do Ministério da Agricultura, responsável por sua gestão e fiscalização, muito embora coubesse ao ME estabelecer suas diretrizes nacionais. Em certa medida, a LOEA consistiu, a meu juízo, num instrumento paliativo aos conflitos intraestatais imbricados à temática do Ensino Rural, como será mencionado.

Daí por diante abriu-se a possibilidade de inflectir todas as concepções e práticas do Ensino Rural, paulatinamente redefinidas através da proliferação de agências e campanhas a ele destinadas, dentre elas a *Campanha Nacional de Educação Rural* (CNER) de 1953 e a *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos* (1947/1962), ambas originadas de acordos bilaterais Brasil-EUA, destinadas a alfabetizar a população rural utilizando as mesmas cartilhas adotadas nas escolas da área urbana. Sua meta mais ampla era “difundir o princípio do desenvolvimento comunitário” com fins políticos evidentes, visando “combater o marginalismo e educar os adultos, antes de tudo para que o país possa ser mais coeso e solidário” (REVISTA CEAA, 1956: 2). A partir de 1948 observa-se a célere expansão do *Extensionismo Rural*, voltado à divulgação de conhecimentos básicos sobre técnicas de cultivo, tipos de sementes, etc., em substituição às Escolas Técnicas Agrícolas. Dentre as estratégias da Extensão Rural destacaram-se *Semanas Ruralistas* – contando com forte apoio da Igreja⁴; *Missões Rurais* – que percorriam o interior dos estados além de *Cursos Avulsos*, dentre outras. Todas essas intervenções foram apoiadas pelo Ministério da Agricultura em conjunto com agências norte-americanas, sempre se reafirmando que: “com uma população rural mais instruída e melhor esclarecida será possível conseguir-se uma produção agrícola eficiente” (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, out., 1957: 5)

A consolidação do *Extensionismo Rural* no Brasil deveu-se à montagem de uma vasta rede de agências de divulgação e propaganda, construída a partir de convênios firmados entre órgãos do Ministério da Agricultura – como o Serviço de Informação Agrícola e o Serviço Social Rural, este último criado dois anos após a fundação do ETA, em 1955, como autarquia da Pasta, também inspirada no paradigma extensionista estadunidense – e o ETA. A importância da parceria assomou

⁴ O convênio com o clero foi estabelecido em meados de 1958, sendo visto pelos dirigentes do S.I.A como “um passo pioneiro e decisivo para a obra de educação rural, animando o próprio governo a estabelecer cooperação mais ampla com os altos dignitários da Igreja Católica”. *Informação Agrícola*, 1958: 9. Prosseguindo, afirmaria a matéria que “Imprensa, rádio, cinema, televisão e publicações deve ser colocadas em larga escala a serviço do homem do campo, ainda pouco esclarecido e quase sempre esquecido. **Urge combater o analfabetismo.** Não se pode pensar em Desenvolvimento econômico sem mobilizar para eliminar este grande mal”.

às páginas do periódico publicado pelo Serviço de Informação Agrícola ministerial - *Informação Agrícola* – que dedicou, entre 1957 e 1959, 60% de seu espaço à seção fixa intitulada “O ETA em Marcha”, divulgando as realizações do Escritório dentre elas a concessão de bolsas de estudo nos EUA para técnicos brasileiros especializarem-se em extensionismo, qualificando-se como assessores de projetos de fundação de *Clubes Agrícolas*, de construção de *Centros de Treinamento* e, sobretudo, para o estabelecimento de parcerias em assistência técnico-financeira com órgãos públicos e privados de crédito rural. O aparato do desenvolvimento hipertrofiava-se no Brasil, mediante a proliferação de seus intelectuais-especialistas. Entre 1957 e 1958, publicou-se uma síntese das atividades do ETA, cujo cerne consistia no que passou a ser denominado de “*outro tipo de ação educativa*”, mais abrangente que a Educação Escolar e bem menos dispendiosa para o Ministério: a *Extensão Rural*. Na oportunidade, o ministro da Agricultura enalteceu o papel da Pastana implantação da *Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural* (ABCAR) encarregada de conceder Crédito Agrícola Supervisionado a *pequenos produtores* – uma das “deficiências” do subdesenvolvimento - mediante sólida parceria entre a ABCAR e o ETA.

Semelhante inovação, segundo a fala oficial, distinguia-se do crédito bancário comercial por sua “*extrema preocupação com a integração dos agricultores à economia moderna*”, daí derivando o fato de ser, para os técnicos do ETA, uma “*nova modalidade de atuação educativa*”. O crédito agrícola convencional, ao contrário, não conseguira dotar seus usuários, para além dos recursos financeiros, de novas técnicas de plantio, nem tampouco do acesso a novas tecnologias, mantendo-os atrelados a uma agricultura “permanentemente atrasada” e a um modo de vida “arcaico” (MENDONÇA, 2010). Em poucos anos de existência no país, a Extensão Rural – imbricada à parceria MA-ABCAR -ETA–passou a contar com boa equipe de técnicos, atuando junto a 212 municípios. Para legitimar a *ressignificação do próprio conceito de Educação Rural* na década de 1950, a correlação de forças no Estado restringiu esforços no sentido de preservar a subalternidade do trabalhador rural, defendendo uma política “educativa” destinada à *qualificação da mão-de-obra adulta*, definitivamente desvinculada da instituição escolar. Impossível não relacionar tais ações ao contexto específico vivido no campo, à época, quando germinaram inúmeros movimentos sociais rurais organizados, em especial, as Ligas Camponesas (MEDEIROS, 1989). Daí a importância conferida à Extensão Rural, voltada ao *disciplinamento coletivo do trabalhador do campo*, presidido pelos códigos e visões de mundo transmitidas por técnicos e agências brasileiras/estadunidenses, destinados a minimizar conflitos sociais rurais.

As atividades desenvolvidas pelo ETA ao longo de 1958 consolidariam seu programa de trabalho. O Escritório passou a colaborar com onze agências do Ministério da Agricultura, bem

como com Secretarias de Agricultura de 50% dos estados do país, além de todas as Universidades Rurais existentes, influenciando junto a atividades ligadas ao “bem-estar” das populações de mais de 220 municípios ⁵. Através de sua Divisão de Economia Doméstica, por exemplo, o ETA prestaria serviços ao Extensionismo Agrícola destacando-se, dentre eles, o financiamento de novos escritórios das ACARs (Associação de Crédito Agrícola Regional) nos estados que, segundo a publicação, “*hoje são considerados indispensáveis ao desenvolvimento do meio rural*” ⁶. Contemplado pelo Projeto ETA-17 a ACAR de Santa Catarina, por exemplo, firmou acordos para a realização de serviços específicos, num total de nove, três dos quais, com subsídio direto do ETA ⁷. O papel do ETA na promoção do desenvolvimento rural brasileiro deve ser também balizado por sua forte imbricação a agências estatais, sobretudo o MA junto ao qual a Educação Rural esteve subordinada até 1961. Assim, *Informação Agrícola* de julho de 1958, publicou matéria encomendada sob o título “*ETA - Três Letras Que Estão Mudando Panorama Agrícola do Brasil*”:

Completo 5 anos de eficiente atividade em prol do Desenvolvimento da agricultura de nosso país o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos. Órgão executor do acordo firmado entre os governos do Brasil e dos EUA para um programa de Desenvolvimento e agricultura e recursos naturais, sua história se resume numa palavra: *cooperação, cooperação, cooperação*. (...) Cooperação entre governos de dois países, cooperação entre o homem do campo e as autoridades, tudo colimado em único fim: melhorar a produção agrícola e elevar os padrões de vida do homem rural, sua família e a comunidade”⁸

Esclarecendo a atuação do Escritório, a matéria informava que esta se dava

Através da assistência técnica e financeira a trabalhos em benefício da agricultura e do agricultor, realizados pelos órgãos do governo e outras entidades públicas ou privadas, nos setores de treinamento e de extensão rural, mediante convênios que recebem o nome do projeto, seguido por seu número de ordem. Até fins de 1957 o ETA assinara, com 70 órgãos diferentes, 46 projetos relativos a trabalhos em educação, pesquisa, conservação de recursos naturais, solo, água fomento da produção de elite, cacau, assistência educativa, etc. *Esses trabalhos são orientados por técnicos brasileiros e americanos sob a supervisão de 3 codiretores nomeados pelos governos de cada país* ⁹.

⁵*Informação Agrícola*, ago.-out., 1959: 1.

⁶*Informação Agrícola*, mar.-abr., 1955: 15.

⁷ Eram eles: 1) a Inspeção de Defesa sanitária vegetal, 2) a usina beneficiamento de leite e 3) o projeto No. 10 - destinado a campos de batata-semente certificadas acordo florestal.

⁸*Informação Agrícola*, jul., 1958: 1.

⁹ Id. *Ibid.*

Quanto aos recursos do ETA, estes provinham de verbas mistas oriundas tanto do governo norte-americano, quanto do Ministério da Agricultura, contando todos os projetos por ele gerenciados com um *Fundo Conjunto* integrado pelos recursos de todas as partes que contratavam os serviços da agência. Para aquilatar-se o vulto da “cooperação” prestada, basta mencionar que enquanto as verbas brasileiras, em 1958, montavam à proporção de CR\$15,00 por dólar investido, as dotações americanas correspondiam a CR\$ 11,00 por dólar. Além da flagrante desproporção entre as contribuições de ambos os governos—que seria duramente questionada pelo Ministro da Agricultura Barros de Carvalho—ressalve-se que “os dólares se destinam a pagar os técnicos americanos e à importação de veículos e equipamentos para uso nos projetos. Já a contribuição brasileira cresce de ano para ano, passando de 14 milhões de cruzeiros em 1952, para 60 milhões em 1958”¹⁰

O Escritório Técnico de Agricultura, em fins da década de 1950, gerenciava 45 projetos especificamente contratados, deles destacando-se de manutenção de um *Centro de Ensaio e Treinamento* na fazenda Ipanema, São Paulo, destinado a

*Dar a moças e rapazes uma visão nova dos problemas da agricultura, com uma área de mais de 16 mil hectares em Sorocaba, onde são ministrados cursos de Engenharia rural, de aradores-tratoristas, de extensão rural, além de seminários, conferências e reuniões de que tem saído resoluções da mais alta relevância para nossa agricultura (Projeto Nº 6)*¹¹

Quanto aos demais projetos vale citar: 1) a Fazenda-Escola Prática de Presidente Prudente (SP), onde os alunos praticavam todo tipo de trabalhos no campo, participando dos lucros da fazenda e recebendo, ao fim de cada curso, glebas para administrarem até que, supostamente, se tornariam seus proprietários (Projeto Nº 45); 2) o Cetreino – Centro Regional de Treinamento do Nordeste (PE), voltado à formação de pessoal apto ao trabalho com populações rurais, junto a associações de crédito e assistência ou a outros órgãos governamentais ou privados empenhados na recuperação socioeconômica da região; 3) o Planejamento da Produção Agrícola do Brasil e sua futura Capital (Projeto nº 34) - que organizava a produção vegetal para o abastecimento de uma população de 500 mil pessoas 4) o Plano de Reerguimento do Vale do Paraíba (Projeto nº 4) – assistido pelo ETA com recursos financeiros, materiais e humanos, já que fornecia seus próprios técnicos); 5) o Plano de Assistência ao Cacaicultor – que previa a instalação de escolas para formação de capatazes, para o ensino da seleção de pés de cacau e para assistência na Economia Doméstica; 6) o Fomento à Avicultura (Projeto nº 42) – projeto em colaboração com a Comissão

¹⁰ Idem: 3, grifos SRM.

¹¹ Idem, grifos meus.

Nacional de Avicultura, destinado a promover o melhoramento da produção avícola do país e 7) o Plano de Incremento da Produção Leiteira de Pernambuco (Projeto nº 20)– destinado ao controle dos animais, ao incentivo à indústria de laticínio, bem como a uma campanha educativa junto aos produtores.

A variedade de projetos geridos pelo ETA era enorme. Entretanto, um aspecto chama atenção se os examinamos em conjunto: *a concentração da maior parte deles na região Nordeste*, de todo coerente, não tanto com as representações construídas acerca de sua população e geografia, mas, principalmente, com o fato de terem ali iniciado sua ação, em 1955, as Ligas Camponesas. Além dos 45 projetos em andamento, o ETA permanentemente avaliava novos Convênios de Cooperação com instituições como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a ABCAR e o Serviço Social Rural do MA. Em inícios da década de 1960, *Informação Agrícola* continuaria prestigiando o Escritório através de matérias como esta, “A Cooperação do Ponto IV com o Ministério da Agricultura”:

*“O ETA é um órgão inter-governamental com um programa de melhoria agrícola que, há perto de 6 anos, vem operando, proveitosamente, como instrumento do Ministério da Agricultura. Canalizando a ajuda técnica e financeira, prestada pelo Ponto IV, seu objetivo é colaborar com o Ministério, assim como com outros órgãos da administração pública, no sentido de assistir programas de educação das massas rurais e sua orientação, no sentido de uma agricultura racional e produtiva. Desde 1954 o ETA assinou 58 convênios com 80 entidades, sobretudo onze do Ministério da Agricultura. Somente para os projetos em que participam órgãos do MA, já estão incorporados ao patrimônio dessa secretaria de estado - as importações somaram 877 mil dólares - viaturas, material agrícola, equipamento audio-visual, material de escritório sementes e artigos diversos”*¹²

Tal como visto acima é patente a preocupação em *formar especialistas* destinados a gerir o Desenvolvimento e a Educação¹³, bem como *a produção e elaboração de um Saber especializado*, que acabaria por *desqualificar os conhecimentos detidos pelos produtores-alvo dos próprios projetos*. Mesmo nas iniciativas destinadas a maximizar a produtividade do trabalho agrícola, diretamente ligadas à produção de matérias-primas para o consumo norte-americano, *todos os projetos eram definidos como “educativos”*, refletindo a profunda inflexão em curso nas

¹²*Informação Agrícola*, maio - jun., 1960: 8.

¹³ Nas do diretor do Serviço de Informação Agrícola que assina a matéria “a **fome de técnicos** que hoje defrontamos no setor rural é tão angustiosa que tudo quanto fizermos para superá-la estará ainda aquém das reais necessidades brasileiras” Idem: 4, grifos no original.

modalidades de Ensino Agrícola vigentes no país. Segundo o diretor do Serviço de Informação Agrícola:

O que há de fundamental neste *esforço de renovação dos métodos educacionais* é a compreensão de que a Reforma Agrária no Brasil não se pode limitar à simples distribuição da terra. Para mudar o panorama agrário, é indispensável por igual, alcançar um elevado grau de dinamização dos métodos de ensino rural, para preparar *técnicos qualificados* e, sobretudo, *capazes de influir decisivamente para a racionalização dos nossos métodos*.¹⁴

A multiplicidade de agências e agentes imbricados às práticas do desenvolvimento da agricultura igualmente envolveram, além de instituições públicas, várias *iniciativas particulares* na esfera do voluntariado. Nesse sentido, a revista - sempre através da seção “ETA em Marcha” - acusaria a criação de *Grupos de Treinamento de “Líderes Voluntários”*, destinados a difundir o Programa de Extensão e Crédito Rural Supervisionado, como no caso de Divinópolis (MG):

Ministrado para **moças e senhoras da comunidade rural**, foi exclusivamente destinado à confecção de *vestuário*. Às mulheres são transmitidos conhecimentos sobre trabalhos domésticos e tais *líderes*, de posse dos conhecimentos e da prática dos novos processos de trabalho, se incumbem de transmiti-los nos círculos em que vivem *vencendo-se a natural reação existente nos meios rurais contra tudo que venha violentar a rotina... A condição principal exigida para aproveitamento desses líderes é a de que eles trabalhem sem visar remuneração*¹⁵..

Como se vê, o conceito de “liderança” veiculado por agências de desenvolvimento conotava, nos anos 1950, todos os produtores rurais dotados de alguma qualificação para o trabalho nos moldes pregados pelas instituições estadunidenses envolvidas em sua dinamização. E não apenas o trabalho do homem adulto e analfabeto, mas também o trabalho de mulheres – daí a emergência de uma nova “disciplina”, a *Economia Doméstica* – e de crianças, embora com relação a estas o ETA fomentasse parcerias destinadas a implantar outro tipo de instituição: os *Clubes Agrícolas Escolares*, mencionados adiante. Todavia cabe ratificar que não se tratava do trabalho como *princípio educativo integral* – tal como o defendia Gramsci (GRAMSCI, 2001, vol. 2) – mas sim da *Educação como instrumento de maximização da produtividade do trabalhador rural*. Sob essa concepção instrumental de Educação, submetia-se a população dos campos a uma infinidade de intervenções muito distantes de práticas efetivamente educativas, haja vista o próprio processo,

¹⁴ Idem: 6, grifos meus.

¹⁵ *Informação Agrícola*, jun., 1954: 4, Grifos meus. Observe-se que o termo “líderes” passava a conotar, neste contexto, aqueles dotados de algum dos conhecimentos fornecidos pelas agências integrantes da grande rede do aparato desenvolvimentista.

então em curso, de *substituição da Escola pelo Extensionismo Rural, dirigido à assistência técnico-financeira*. Ratificavam-se, assim, mecanismos capazes de assegurar um mercado de consumo seguro para bens e serviços norte-americanos já que, junto com a orientação “técnica” dos extensionistas, construía-se tanto a necessidade do crédito, quanto a exigência – tendo em vista os padrões de desenvolvimento inculcados – das máquinas e insumos produzidos nos Estados Unidos, como pré-condições da modernidade. Nesse sentido, um dos mais sólidos e duradouros desdobramentos da atuação do ETA no Brasil consistiu na indissolúvel parceria com a já citada ABCAR, tida na fala oficial como imprescindível à superação do “atraso” no campo:

O Desenvolvimento da Divulgação Agrícola depende, em boa parte, da cobertura de um Sistema Extensionista (...). No Brasil a Extensão está sendo feita pelas *associações de crédito rural supervisionado*, hoje filiadas a uma entidade nacional, a ABCAR e fortemente estimulada pelo ETA ¹⁶.

Na construção desta intrincada rede de agências desenvolvimentistas destinadas ao campo, novos arranjos institucionais seriam permanentemente criados, como a parceria ABCAR/Serviço Social Rural (MA), firmada em junho de 1958 para aproveitar os duzentos escritórios regionais e mais de 500 técnicos daquela Associação ¹⁷. Para os “gestores do desenvolvimento”, a redefinição da Educação Rural no rumo do Extensionismo permitiria

“Ajudar mais àqueles que já estão ajudando as populações rurais a se erguerem, pelos métodos mais indicados. Não se deve pensar em fazer caridade, em dar esmola. *Os métodos modernos visam à organização comunitária, através da assistência técnica, econômica e social (...)*. Eles ensinam aos rurícolas a ajudarem a si mesmos, para resolver seus próprios problemas. Para isso, o homem do campo necessita existir em *comunidades organizadas e unidas* onde predominem as associações rurais e educativas, as cooperativas e os clubes agrícolas. O SSR visa ativar a organização de *comunidades de nossos ruralistas e desenvolver um sistema educativo chamado Extensão Agrícola*, que tão extraordinários resultados alcançou nos EUA e que a ONU recomendou aos países membros. Essa *Nova Educação* se fará através da Extensão Agrícola conjugada ao Crédito Rural, que começou há menos de 10 anos em Minas Gerais, com a ACAR e estendeu-se a vários estados do país. ¹⁸

Outra atividade prevista nos projetos perpetrados pelo binômio ETA - MA consistiu em incentivar a multiplicação de *Missões Rurais Ambulantes*, encarregadas tanto de ministrar Cursos

¹⁶ *Informação Agrícola*, set, 1959: 6.

¹⁷ Firmaram este acordo os presidentes do SSR - Napoleão Fontenele - e o da ABCAR, João Napoleão de Andrade. *Informação Agrícola*, 1958: 7.

¹⁸ *Idem*: 9, grifos meus.

de Treinamento para *lideranças rurais*, quanto de *organizar cooperativas de consumo*. Para tanto, contaram com um novo parceiro: a *Igreja*. Em inícios de 1959, *Informação Agrícola* noticiaria que:

“O arcebispo de Natal – D. Eugenio Salles – resumiu em onze itens os resultados obtidos com as Semanas Ruralistas realizadas pelo Serviço de Assistência Rural mantido por aquela diocese, começando pela instalação de uma Missão Rural Ambulante, Cursos de Treinamento de líderes rurais e a organização de uma Cooperativa de consumo. Também o XII Curso de Treinamento de Educadores de Base foi implementado, destinando-se a treinar os técnicos de que a Campanha Nacional de Educação Rural necessita para orientar o Desenvolvimento dos trabalhos nas zonas rurais”¹⁹

Na avaliação dos intelectuais-especialistas ministeriais, o grande “mérito” das *Semanas* era *estreitar os laços entre técnicos, produtores e líderes comunitários*, estabelecendo-se a “camaradagem” para os trabalhos de cooperação. Elas criariam “*o clima favorável ao entendimento e à melhoria das atividades no campo*”²⁰. Ainda no tocante às Semanas e às organizações coletivas de trabalhadores rurais, previstas pelos acordos de cooperação, outro termo se destaca: a noção de *comunidade*. Nela reside outro importante elemento para a resignificação da Educação Rural em curso no Brasil dos anos 1950: a *substituição da noção de indivíduo pela de grupo*, como objetos da ação extensionista:

Os *homens do campo* precisam unir-se, fortalecer as associações rurais e cooperativas, educar-se para melhor solucionar seus problemas. Ao próprio governo é muito mais fácil e viável *atender às comunidades do que aos indivíduos isoladamente*. As comunidades precisam organizar-se e, por intermédio de seus clubes agrícolas, de suas associações de economia doméstica e de suas entidades de classe reunir o máximo de pessoas sob a orientação esclarecida de *autênticos líderes*²¹

Para demonstrar a suposta eficácia das Semanas Ruralistas, a publicação fornece dados demonstrando que, enquanto entre 1946 - 1954 realizaram-se 56 desses encontros, no quadriênio 1955- 1959 o total teria ascendido para 100, em função de convênio firmado, em 1955, entre o Ministério da Agricultura e o Episcopado. Isso correspondia, segundo *Informação Agrícola*, a 2.812 aulas, frequentadas por 54.000 lavradores e criadores, além de 2.033 demonstrações para

¹⁹*Informação Agrícola*, jan.-fev., 1959: 10. Vale lembrar que a Campanha Nacional de Educação Rural resultou de mais um Tratado firmado entre o governo dos Estados Unidos, o Ministério da Agricultura e, desta vez, também o Ministério da Educação, no ano de 1953, com a finalidade de erradicar o analfabetismo do homem do campo.

²⁰*Informação Agrícola*, jul. – ago., 1960: 6.

²¹ Id., *ibid*: 8.

29.4000 donas de casa e professoras rurais, mobilizando 1.500 profissionais entre agrônomos, veterinários, especialistas em economia doméstica, assistentes, jornalistas, médicos, advogados, além de sacerdotes²². Para consolidar ainda mais a *aliança política entre Estado e Igreja*, o periódico divulgaria que

A obra social da Igreja Católica do Brasil é digna de louvor. Um grupo de bispos vem realizando um trabalho ruralista que é exemplo do que se pode fazer em benefício das populações dos campos. A colaboração desinteressada do clero, entusiasta do movimento ruralista tem sido das mais eficientes ²³

Através do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano, os dirigentes da Pasta da Agricultura julgavam realizar trabalhos de grande significação para o desenvolvimento da produção agropecuária no país já que o ETA contava, em sua sede, com 42 técnicos brasileiros, 37 americanos, além de 74 funcionários administrativos. Por seu intermédio, o Estado já havia investido mais de 200 milhões de cruzeiros nos termos do Acordo de Cooperação firmado em 1953 com o governo dos Estados Unidos²⁴. Também através do ETA haviam sido concedidas 36 bolsas de estudo nos USA, destinadas a 67 agentes brasileiros escolhidos entre fazendeiros, técnicos, dirigentes e extensionistas.

As verbas administradas pelo ETA igualmente se dirigiram a outra modalidade de “ação educativa” que, a despeito de iniciada em 1946 pela CBAR, adquiriu novo fôlego com a agência binacional: os *Clubes Agrícolas Escolares* que dirigiam-se aos filhos de trabalhadores rurais, ensinando-lhes rudimentos de práticas agrícolas, juntamente com os símbolos vinculados à valorização da terra e sua imbricação à Nação e à nacionalidade. Através dos *463 clubes agrícolas registrados no Ministério em 1958*, professoras e crianças eram tidos como responsáveis pela “*formação rurícola do homem do campo*”, tendo o movimento atingido tal amplitude que geraram algumas Federações Estaduais de Clubes Agrícolas. Segundo a diretora da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares de Pernambuco,

Os Clubes Agrícolas ajudam a modificar a mentalidade rural. Foi para combatermos essa mentalidade que extinguimos as chamadas escolas rurais, passando o caráter do ruralismo a ser dado pela posição da escola nomeio em que vai servir. Os Clubes funcionam dentro das escolas e sua finalidade é modificar a mentalidade de pais que consideram o trabalho no campo servil, não o querendo

²² Id., *ibid*: 9

²³ Id., *ibid*.: 10, grifos SRM.

²⁴ *Informação Agrícola*, ago.-out., 1959: 8. Esse novo acordo contaria com uma inovação: a ação conjunta dos Ministérios da Agricultura e da Educação, que deles ainda não havia participado, parecendo indicar a minimização dos atritos políticos entre ambas as Pastas do Executivo. Também a partir deste convenio seria iniciada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

para seus filhos. *Cada Clube é um elo entre a Escola e a Comunidade Rural. Promove a aquisição de bons hábitos sociais e sanitários, as práticas rurais a formação moral e cívica através das mais suaves e agradáveis praticas; a recreação, os pelotões de saúde*²⁵.

Também o governador de Santa Catarina louvaria a proliferação dos Clubes que preparavam os jovens para o trabalho no campo, mediante

(...) o ensino das modernas práticas de agricultura. Existem em Santa Catarina funcionando 43 clubes 4-S, com 112 sócios. Supervisionados por um agrônomo e um extensionista doméstico, estes jovens vem trabalhando ativamente em projetos de criação de galinhas, coelhos, novilhas de raça, suínos e batata-semente. *Na economia doméstica são ensinados corte e costura, nutrição e melhoramento do lar*²⁶.

Um dos poucos estados a resistir à institucionalização do “movimento clubista” foi São Paulo que, embora contasse com a agricultura “mais adiantada do país”, tinha em seu território somente 100 Clubes Agrícolas, o que era tido como “*muito pouco para o movimento ruralista*”. Entendimentos mantidos entre o Ministro da Agricultura, Mário Meneghetti e o governador Carvalho Pinto, resultaram na aquiescência em desenvolver a campanha naquela unidade da federação. Ainda assim, “o governo de São Paulo aderiu à campanha, *conquanto com a ressalva de recusar-se a criar no estado uma Federação dos Clubes Agrícolas – que é oficiosa – o que poderia gerar conflitos de competência*”²⁷.

O papel do ETA na promoção do desenvolvimento rural também seria essencial no tocante à difusão dos princípios e do aparato institucional inspirados no paradigma estadunidense. Entretanto, em inícios dos anos 1960, sua ação foi questionada pelo governo brasileiro em função do flagrante desequilíbrio existente entre o montante das verbas fornecidas pelos EUA e pelo Brasil. O novo ministro da Agricultura, Barros de Carvalho reuniu-se com o Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, o embaixador brasileiro Barbosa Lima e o chanceler Horácio Lafer para discutir a necessidade de reajustamento da participação financeira do ETA junto aos Programas de Cooperação bilaterais desenvolvidos através do Ponto IV. Para o Ministro, se a dotação americana de 300 mil dólares fora razoável no primeiro ano de atividade do Escritório (1954), “*hoje não se ajusta às mais necessidades da cooperação*”. Ademais, seria questionada a rigidez na aplicação das normas dos referidos programas técnicos, parecendo-lhe urgente conferir-

²⁵ *Informação Agrícola*, 1958: 12.

²⁶ *Informação Agrícola*, ago. – set., 1958: 15, grifos SRM.

²⁷ Id. *Ibid.*, ago.-out., 1959: 3.

lhes maior plasticidade, respondendo às peculiaridades da agricultura brasileira²⁸. O pleito seria atendido, mediante a prorrogação do acordo que instituía o ETA como parceiro do Programa para a Agricultura. *Informação Agrícola* divulgaria, com presteza, a notícia: “Foi prorrogado até 31 de dezembro de 1961, mediante troca de notas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Embaixada dos Estados Unidos, o acordo que deu origem ao ETA. O documento foi assinado pelo Ministro Fernando Ramos de Alencar e o Embaixador John Morris Cabot.”²⁹

Comentários Conclusivos

O discurso e as práticas do desenvolvimento tornaram-se operadores centrais das políticas de representação e identidade na maior parte do Terceiro Mundo no Pós II Guerra. Todavia, eles não devem ser percebidos como depositórios de “tradições”, posto que muitas delas eram recentes. Somente o aprofundamento de pesquisas sobre as agências imbricadas a tal processo poderá contribuir para desconstruir alguns desses conceitos, até hoje em voga. Nossas considerações visaram apenas “levantar o véu” para a desnaturalização necessária ao Saber Histórico e, por seu intermédio, perceber que noções como “desenvolvimento”, “cooperação técnica” ou “elevação do nível de vida das massas”, tornaram-se instrumentais tanto para construir alteridades inferiores e “carentes”, quanto para *inflacionar as importações brasileiras de máquinas e insumos agrícolas estadunidenses*. Através do fornecimento de conhecimento “especializado”, reproduziram-se no país paradigmas importados que, além de expropriar os trabalhadores rurais de seus saberes, tornaram-nos *alvos fáceis da disciplinarização pelo capital*, resultando no fortalecimento de várias agências produtoras de novos intelectuais-especialistas e novas exigências econômicas impostas sob a pecha da modernidade.

A redefinição pautada pelas chamadas “*novas modalidades educativas*” adequou-se aos interesses dos grupos dominantes agroindustriais e industriais brasileiros, coparticipes do *deslocamento dos conflitos de classe da cena real para o âmbito de uma reeditada dicotomia entre “arcaicos” versus “modernos”*. Neste sentido, o Extensionismo Rural, destinado a trabalhadores adultos não somente ressignificou a noção de Ensino Agrícola, como também buscou “adestrar” esses trabalhadores triplamente expropriados: de sua terra, de seu conhecimento e de sua própria identidade.

²⁸ *Informação Agrícola*, nov. – dez., 1960: 2.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 13.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro: MES, 1956.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Informação Agrícola*. Rio de Janeiro: SIA, 1955, 55, 57, 58, 59 e 1960.
- COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte. *Seja Feita a Vossa Vontade – a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- ESPINOZA, J. Manuel. *Inter-American Beginnings of U. S. Cultural Diplomacy (1936 – 1948)*. US Department of State, Bureau of Educational and Cultural Affairs, Washington: 1976.
- MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. *Historia dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007.
- _____. “Educação Rural: da Dimensão Escolar ao Extensionismo-Assistencialismo”, *Anais Eletrônicos do VII Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología Rural*. Quito: novembro, 2006, pp. 1-21.
- _____. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: EdUFF, 2010.
- MOSHER, Arthur. *Technical Cooperation in Latin América: Case Study of the Agricultural Program of ACAR in Brazil*. Washington: National Planning Association, 1955.
- UNITED NATIONS. Department of Social and Economics Affairs. *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*. Washington: 1951